



X Fórum Nacional NEPEG | de Formação de Professores de Geografia

percursos teórico-metodológicos e práticos da Geografia Escolar

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE REGULAÇÃO DO ALUNADO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA EM TORNO DO GÊNERO E PROPOSIÇÕES DE AÇÃO

Gustavo Henrique Camargo Eufrásio
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão
gustavocamargo_11@outlook.com¹

Carmem Lucia Costa
Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão
clcgeo@gmail.com²

Resumo: Ultimamente o ambiente escolar vem passando por inúmeros ataques mediante o movimento Escola sem Partido, entre umas das pautas alegam a proliferação de uma ideologia que incita, por exemplo, a homossexualidade e a radicalidade feminista. Como forma de embate este trabalho tem como objetivo trazer a escola enquanto um espaço de (re)produção de uma pedagogia de normatização aos papéis ligados ao gênero e a sexualidade, ferramenta que busca perpetuar uma hegemonia patriarcal e heterossexual. Para construir e alçar os objetivos foram revisados teóricos e teóricas que debruçam estudos sobre o Gênero, Geografia e alinhamentos dessas áreas com o campo educacional, Costa, Santos e Silva são algumas das referências que embasam este escrito, por fim é proposto uma atividade didática com estudantes sobre a temática. Atentar nessa discussão teórica é fundamental para construir uma luta de embate ao movimento conservador Escola sem Partido e as práticas patriarcais do ambiente escolar, ambas ressoantes na luta conta o sistema capitalista.

Palavras-chave: escola; espaço; gênero; sexualidade.

¹ Graduando em Geografia (licenciatura) pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, pesquisador voluntário através do PIVIC/CNPq 2019-2020 e membro do DIALOGUS – Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho.

² Professora do curso de Geografia na Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, membra do Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma instituição e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos na UFG/Regional Goiânia e membra do DIALOGUS – Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho.

INTRODUÇÃO

Alunos, alunas, professores, professoras são alguns dos tantos que são fundamentais para funcionamento de uma escola, esta sendo *locus* do conhecimento, da aprendizagem, onde o ler, escrever, contar e investigar são alguns dos verbos que devem ser admirados e praticados, todavia revisando os escritos de Junckes e Silva (2009) e deparando com a assertiva “a escola é um espaço atravessado pela contradição. Por um lado, abriga inúmeros preconceitos e reproduz constantemente processos de exclusão. Por outro, é um espaço que pode, sim, desestabilizar as ‘regras do jogo’, tornar as pessoas mais conscientes de si e do mundo em que estão inseridas.” (MADUREIRA, 2007, p. 92), uma instigação surge, seria a escola um espaço de superação do patriarcado ou reprodução deste?

Incutir essa incessante reflexão sobre a escola impõe uma tarefa de contextualizar este trabalho com a sua importância teórica e metodológica de disseminação partindo a análise de dois momentos, o primeiro se dá em 2016 com o sacramento do golpe político contra a presidenta Dilma Rousseff e o segundo é a vitória presidencialista de Jair Bolsonaro em 2018, períodos em tempos diferentes que confirmam um cenário de instauração do conservadorismo e do neoliberalismo. As afirmações que são levantadas encaminham o desenvolvimento deste trabalho em uma direção de buscar compreender a importância da Geografia no campo de estudo do gênero e da sexualidade, em especial, no ambiente escolar.

Os resultados esperados em serem alcançados neste projeto são endereçados como forma de resistência à perversidade levantada pelo movimento conservador e anticientífico Escola Sem Partido.

METODOLOGIA

Pensar construir uma análise que primasse por uma comprovação de quão intencional o espaço escolar é e das consequências que este apresenta aos sujeitos são tarefas que demandam leituras e pesquisas que vão desde teóricas(os) no campo do ensino da ciência geográfica, dos estudos espaciais, de gênero e de questões educacionais, para tal feito e buscando satisfatório resultado optou-se por realizar uma revisão bibliográfica recorrendo em Costa, Louro, Silva, Santos.

Pesquisas de campo em instituições escolares não foram cogitadas visto que o intuito central é um levantamento teórico em torno da funcionalidade da escola para regulação dos corpos e das identidades de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realidade brasileira é vista como um período de intensas mudanças, recortando ao cenário político percebe-se a insurgência, comprovada nas eleições de 2018, da direita política, caracterizada por ser conservadora, moralista e dogmática. Este cenário de avanço aos preceitos fundamentalistas se dá devidamente ao processo histórico do golpe e ao arquétipo democrático desenhado arduamente desde o período pós-ditadura militar.

Golpear a democracia é sinônimo de incentivar as perversidades que afligem o primar social, exemplos são explicitados através das medidas desenvolvidas durante os governos de Jair Bolsonaro e de Michel Temer, a seguir três medidas exemplificam o ataque à sociedade e a(o)s trabalhadoras(es): a emenda constitucional de congelamento dos gastos públicos por vinte anos, a reformulação da legislação trabalhista e da previdência social, e no plano educativo – em especial – o movimento Escola Sem Partido.

Atacar o proletariado é reflexo da clássica perversidade que se apresenta como motor capitalista do lucro e das vantagens de benefício da burguesia (SANTOS, 2003). Muitas críticas podem ser tecidas as medidas contemporâneas brasileiras citadas acima, todavia, será convergido a análise sobre o movimento Escola Sem Partido, o intuito não está em explicar o movimento e seu desenvolvimento, mas o quão estratégico é este movimento quando compreende-se o espaço escolar como um *locus* de regulação dos papéis sociais.

Recorrendo a clássicos entende-se que os espaços estão em constante (re)produção, constituídos por meio de relações apontadas por Milton Santos (1978; 1985) como consequências de uma produção histórica dos sujeitos sociais, diante disso, as ações que configuram os espaços estão fundadas em intencionalidades e porque não relacioná-las com as estruturas sociais. Portanto, quando se enxerga que a sociedade está mergulhada em um sistema movido pelo valor monetário (SANTOS, 2003), então as intenções, ações e dinâmicas serão alinhadas a este pressuposto de rentabilidade.

Espacializar e separar são ações fundamentais no espaço. Como bem pontua Carlos (1994), o capitalismo se apropria dos espaços para produção e reprodução de seus anseios, em seus estudos sua análise se centra sobre o urbano mas, indo além enxergamos que a escola é – também – fundamental para esse processo, quando analisamos em Engels (2014) o quão estruturante a família é para a consolidação da propriedade privada entende-se que perpetuar a visão patriarcal pode ser vital para o processo de acumulação do capital, dito isto, a escola é espaço desse mecanismo de indução.

Tomar como clareza a concepção de que o ambiente escolar pode ser carregado de intencionalidades é uma tarefa que faz retomar os estudos de Foucault (1987; 1988), onde existe um processo de docilizar os corpos tentando enquadrá-los em um arquétipo estabelecido como necessário, sendo uma tarefa que ocorre em diversos campos sociais, inclusive, o das corporificações.

Entende-se a escola como um dos primeiros espaços de sociabilidade da criança, no Brasil, o Ministério da Educação definiu os 4 anos de idade como ideal para ingresso na pré-escola³. Esse período de imersão em um espaço caracterizado pela reprodução de relações é fundamental para implantar o que Louro (2000) aponta como sendo as Pedagogias da Sexualidade, isto é, as crianças são instruídas em uma normatização daquilo que devem ser, o que nos retoma em uma ferramenta foucaultiana de existência (FOUCAULT, 1987; 1988).

Junckes e Silva afirmam que “a escola não é um espaço neutro [...] a escola marca com mais evidência as desigualdades de gênero, raça e sexualidade” (2009: 164), portanto este é o espaço da hegemonia dos valores patriarcais, onde a persistência da heteronormatividade, do machismo e do sexismo reafirmam as relações de poder apresentadas por Raffestin (1993), diante disso, o debate de gênero se faz necessário como superação do estabelecimento de normas a serem seguidas.

O espaço escolar é local de (re)produção desses papéis por serem estruturantes na formação da sociedade, o que faz retomar ao que Santos postula, “o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante” (1978: 145). Dentro dessa lógica dual o gênero se encontra, movimentos que denunciam isto são visualizados através das redes sociais (por exemplo), movimentos feministas e movimentos LGBTQ’s encaminham com protagonismo estas pautas em busca de uma sociedade igualitária

³ A informação apresentada foi adquirida mediante consulta em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12222/veja-o-que-mudou-ou-nao-na-idade-minima-para-ingresso-na-educacao-infantil-e-fundamental>. Acessado em: 13 jan. 2019.

pois, “historicamente, as relações sociais entre homens e mulheres foram construídas de forma desigual, reforçando a submissão e a violência numa relação de gênero desigual que exclui e segrega” (COSTA, 2011, p. 77).

Induzir o gênero nas discussões acadêmicas, escolares e afins devem ser constantemente levantados como formas de combate ao capitalismo e às desigualdades, retomando ao que Costa (2011) aconselha, debater gênero é buscar o rompimento dos papéis preestabelecidos e demarcados, assim seria emancipar todos e todas, independentemente da figura hegemônica, onde Louro (2000a) traz como sendo protagonizada pelo homem branco, hétero e cristão. Posto isto, discutir gênero nos espaços coletivos é endossar que “a sexualidade e as relações de gênero não podem mais ser compreendidas como questões que se resolvem ‘entre quatro paredes’, simplesmente porque o que acontece entre quatro paredes tem a ver com o que está a acontecer lá fora e está ligado ao que está lá fora” (LOURO, 2000a, p. 44).

As escolas em sua luta de envolver os(as) estudantes com um discurso regulador quanto ao gênero e à sexualidade conseguem promover a vigilância, o disciplinamento e a normatização, imposições que são cotidianas e acabam sendo visualizadas sutilmente ou nem mesmo são vistas, mas reafirmam o silenciamento e a exclusão de quem não está condizente a norma, pois:

as relações sociais em contextos escolares reproduzem a norma heterossexista e machista perante estes jogos de representações que, ao mesmo tempo em que discrimina e combate as outras representações de gênero e de orientação sexual, tomam estas como evidências simbólicas corporificadas necessárias para reforças às hierarquias de poder. (COSTA, 2016, p. 214)

Relações de poder são inerentes nas relações sociais, conceituadas por Raffestin e exemplificadas em Costa (2016), a não inclusão da totalidade em termos de diversidade e alteridade acabam colocando este espaço em caráter repressor, Junckes e Silva em seu estudo trazem a escola como seletiva e institucionalizadora, “a escola produz as ‘pessoas normais’ e desejáveis tanto quanto enuncia e exclui os ‘não-normais’ e os indesejáveis, segundo as regras elementares da alteridade” (2009: 154).

Quando se enxerga a exclusividade do espaço entende-se que o ideário de democracia, pluralidade e debate em torno do ambiente escolar se esvai, o sentido que deveria ser em múltiplas nuances se restringe nos âmbitos de gênero e sexualidade, exemplos disso

são notados em atividades comuns em escolas como: (I) a divisão binária dos banheiros excluindo a gama de identidades existentes além de ser homem ou ser mulher; (II) a exclusividade de brincadeiras a certos perfis gênicos, comumente vemos o futebol para os meninos e o vôlei para as meninas; (III) sem contar com os nocivos discursos e atos de professores(as) e alunos(as) ligados a homofobia e assédio (por exemplo).

Exemplos listados acima são alguns dos milhares que existem, a tarefa deve centrar em buscar romper com esses discursos e ações de cunho conservador para tal feito Silva (2003, p. 21) espera da escola o seguinte: “deve assumir uma posição democrática e participativa para a formação de cidadãos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida”. Essa tarefa almejada pela estudiosa é possível quando o ensino de Geografia se faz presente nas salas de aula de modo coerente as realidades sociais e espaciais, Costa (2011, p. 79) disserta sobre a importância de lecionar esta ciência, “a Geografia, enquanto disciplina, tem, então, um papel importante na formação do cidadão consciente de seu papel na produção do espaço, dos seus direitos, nas suas práticas espaciais e sobre as relações entre homens e mulheres”.

Portanto, trazer a discussão em um plano que a diferença esteja presente e objetivo seja superar as discriminações, desigualdades e opressões, então o incentivo à cidadania e à ressignificação do olhar começam a ter o encaminhamento do que os teóricos críticos do ensino de Geografia (CAVALCANTI, 2012; KAERCHER, 1997; VESENTINI, 1994) colocam como necessário e vital para a formação dos(as) estudantes. Nesse sentido, o contra poder e/ou a resistência perante as forças hegemônicas são ferramentas que elevam a busca de lutar por uma sociedade menos desigual, menos machista, misógina, homofóbica, enfim, tentar traçar uma reconstrução de sociedade.

Quando se busca combater esse movimento de normatização é necessária formação como postula Dinis (2008), pois o que está em jogo não é apenas dar visibilidade a outras formas de sexualidade ou a liberdade feminina (isto é visualizado através das personalidades da música, do cinema, etc!), o cerne do combate está em si no confronto ao ideário de família, ao patriarcado e a todo o discurso conservador e judaico-cristão que existe ao redor da propriedade privada (FEDERICI, 2017), sendo então uma forma de tornar o espaço um lugar de confronto, onde as ideias se chocam tornando, sim, um espaço educativo.

Construir uma estratégia de embate e resistência se funda no aporte de vivência e do compromisso político-educacional dos que estão cotidianamente no espaço escolar, a busca por preconizar um estudo e práticas que enfatizem a igualdade de gênero, a visibilidade das sexualidades e tudo que abarca a educação sexual podem ser ferramentas que, muitas vezes, não são incorporadas como obrigatoriedade curricular, no entanto, suas ações podem emergir nas entrelinhas de atividades e propostas pedagógicas, algumas ferramentas podem ser desenvolvidas sem que sejam pautadas uma busca de escola mais digna a qualquer existência, qualquer corporificação.

Buscando no tocante desta indicação metodológica é apontado como ferramenta de trabalho educativo a realização de uma tarefa que pode iniciar as discussões ligadas à igualdade de gênero, tentando incentivar os(as) estudantes em uma busca de trabalhar a expressividade e o poder de criticidade é indicado que façam discussões encaminhadas baseando em motivações que partem de vídeos publicados no *youtube*, a escolha de calcar a atividade em recursos visuais perpassa pelo estudo de Bandeira (2009) que enxerga o ensino em uma ótica contemporânea de informatização do ambiente escolar e dos próprios sujeitos em aprendizagem, para tal escolhemos dois vídeos para auxiliar na escrita.

O primeiro é do canal *Tempero Drag* (intitulado “Rita em 5 minutos: Gênero e natureza”⁴), neste curto espaço de tempo é explanado por Rita Von Hunty sobre o processo de normatização dos corpos para desempenho de papéis pré-estabelecidos socialmente. Outra motivação parte do vídeo realizado pela ONU Mulheres Brasil⁵, em seus pouco mais de dois minutos é evidenciado a disposição destes papéis sociais a cada perfil, em seu conteúdo a dados que comprovam a desigualdade entre homens e mulheres, e entre brancos(as) e negros(as).

Trazer a oferta da reflexão e da discussão sobre esse tema é uma ferramenta de trabalho que pode evidenciar o quão significativo e amplo é, podendo ser trabalhado independente da disciplina, visto que esta problemática assola a comunidade como um todo, dessa forma destacamos os estudos de Fazenda (1994) sobre interdisciplinaridade, enquanto algo analítico, dialético e realista. Tentar pautar uma ação de conscientização dessa forma

⁴ Neste vídeo é apresentada uma abordagem sociológica sobre a construção do gênero, podendo ser visualizado em: <https://www.youtube.com/watch?v=vK3koIjeWoc&t=262s>. Acessado em: 20 jan. 2020.

⁵ Intitulado “Igualdade de Gênero”, o vídeo aponta exemplificações do cotidiano de mulheres e homens na sociedade brasileira, com dados que comprovam a desigualdade que há entre os gêneros. O material está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZCGLC-vziRc>. Acessado em: 20 jan. 2020.

pode ser melhor desenvolvida com estudantes do Ensino Médio, indagar as realidades e as dinâmicas imbricadas nessa temática é uma tarefa que a própria ciência geográfica deve tomar como sua posição educativa. Pesquisadores e pesquisadoras da Geografia (CALLAI, 2000; CAVALCANTI, 2002; KAERCHER, 1997, 2010; RICHTER, 2011; VESENTINI, 1994) se posicionam em favor de um ensino de indagação, esclarecimento, emancipação e cidadania, partindo disso, as atividades sobre o gênero são, também, ações geográficas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é visível, “o trabalho espacial deve conter o sentimento de provocação dos ‘porquês’, ‘para quês’, ‘para quem’. O ‘quando’ e o ‘como’ são indispensáveis no entendimento do processo” (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 14), assim, entendemos o papel do ensino geográfico como uma ferramenta de proporcionar a(o) estudante reflexões ante as relações socioespaciais, bem como suas dinâmicas. A tarefa de propor novos olhares a(o) estudante de Geografia ante seu espaço é uma ação embrionária de resistência frente as desigualdades e as investidas de retrocesso, como é o Escola Sem Partido. Portanto, a resistência é tarefa cotidiana, educativa e geográfica.

Buscar uma sociedade igualitária perpassa por democratizar a discussão de gênero e sexualidade nos ambientes escolares, isto é evidente nas defesas de Louro (2000). Pautar essas discussões são formas de embate e tensionamento com as estruturas do capitalismo, portanto, o temor que surge com o Escola sem Partido é justamente a multiplicação de uma sociedade que reproduz o discurso hegemônico de personificação acerca do gênero, a busca por construir resistência a este projeto retroativo é tarefa que implica sobre os(as) docentes, isto posto, tomar partido e ser proativo em ações são fundamentais em buscar romper com o objetivo da mordada.

A aplicabilidade didática na busca de desconstrução e conscientização de discentes é uma tarefa que concorda com as proposições de Costa (2011) onde o objetivo de lecionar Geografia está em tornar o(a) aluno(a) um sujeito consciente do espaço e suas dinâmicas, portanto fazer uso de meios inovadores são bem-vindos nessa tentativa, portanto, trabalhar com vídeos, músicas e afins são oportunidades de facilitar o processo de ensino e aprendizagem, além de disseminar representatividade nos meandros escolares.

REFERENCIAS

- BANDEIRA, Denise. Material didático: conceito, classificação geral e aspectos da elaboração. In: CIFFONE, H. (Org.). **Curso de Materiais didáticos para smartphone e tablet**. Curitiba: IESDE, 2009.
- CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CASTROGIOVANNI, A. C. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: _____, A. C. (org.). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CAVALCANTI, L. S. **O ensino de geografia na escola**. Campinas: Papirus, 2012.
- _____, L. S. Geografia e educação no cenário do pensamento complexo e interdisciplinar. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 22, n. 2, 2002.
- COSTA, B. P. A escola como espaço: identidades de gêneros e sexualidades e suas hierarquias. **Revista ANPEGE**, v. 12, n. 19, 2016, p. 204 – 225.
- COSTA, C. L. A presença e ausência do debate de Gênero na Geografia do Ensino Fundamental e Médio. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 76-84, 2011.
- DINIS, N. F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 103, 2008, p. 477-492.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.
- FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- JUNCKES, I. J.; SILVA, J. M. Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Brasil. **Revista de Didáticas Específicas**, n.1, p. 148-166, 2011.
- KAERCHER, N. A. **Desafios e utopias no ensino de Geografia**. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 1997.
- _____, N. A. A Geografia é o nosso dia-a-dia. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. (orgs.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: UFRGS/ AGB, 2010.
- LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto, PT: Porto Editora, 2000a.
- MADUREIRA, A. F. A. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RICHTER, D. **O mapa mental no ensino de Geografia: concepções e propostas para o trabalho docente**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: EDUSP, 1978.
- _____, M. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1985.
- _____, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, M. V. **Geografia e Gênero: uma abordagem no Ensino Médio nas escolas da rede pública em Catalão/Goiás**. 2003. Monografia – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2003.

VESENTINI, J. W. Ensino de Geografia e luta de classes. In: OLIVEIRA, A. U. (org.). **Para onde vai a Geografia?**. São Paulo: Contexto, 1994.